

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 04.031.960/0001-70

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)

na Santo Antônio Energia S.A., para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511 (ASM/JPA). A integração do capital foi realizada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R\$681.374 e R\$501.178, respectivamente. Adicionalmente, em 08 de julho de 2022, foi celebrado o Distrito do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção do controle socializado da MESA por Furnas, com consequente alteração da composição do Conselho de Administração pelo aumento da participação acionária de Furnas de 43,65% para 72,36% de capital social da MESA, resultante da integração por Furnas de R\$ 502.552,327, conforme Comunicados Denominador (em milhares de ações) em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$12.230,337 dividido em 24.796.536 323 ações ordinárias nominativas.

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO
A Companhia possui ativos realizáveis a longo prazo, classificados como Não Circulante é composto principalmente por adiantamentos efetuados a terceiros para desenvolvimento de novos projetos ligados à atividade operacional da Companhia. A Administração da Companhia tem acordado que os valores adiantados serão ressarcidos através de contraprestações de serviços em andamento.

10. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS
10.1. Política contábil: A Companhia e suas controladas avalem, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o controle do uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Como arrendatária: A Companhia aplica uma análise abrangente de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento correspondentes. O fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento, com o direito de uso (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para o uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos

Controladora e Consolidado		31/12/2021		31/12/2022	
Arrendamentos	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal
Direito de uso com arrendamentos					
Imóveis	100	1.421	(1.409)	-	112
	100	1.421	(1.409)	-	112
Passivos de arrendamentos					
Imóveis	67	1.421	-	29	(15)
	67	1.421	-	29	(15)
Arrendamentos					
Direito de uso com arrendamentos					
Imóveis	108	1.171	(1.179)	-	100
	108	1.171	(1.179)	-	100
Passivos de arrendamentos					
Imóveis	85	1.171	-	22	(22)
	85	1.171	-	22	(22)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER
11.1. Composição: A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

Controladora		Consolidado	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (a)	383.095	-	383.095
PIS e COFINS	605	102	608
IRRF	171	435	171
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	12	72	12
Outros	383.892	617	383.895
Ciclutante	79.194	617	79.197
Não circulante	304.698	-	304.698

(a) Parcelamento de IRPJ e CSLL da Companhia referente aos débitos de IR e CSLL sobre o lucro apurado no 3º trimestre de 2022 resultante, principalmente, da alienação da participação da AGSAR na CCR. O montante foi parcelado em 60 (sessenta) parcelas iguais.

12. DEBENTURES A PAGAR
12.1. Política contábil: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais. Os debêntures são avaliados pelo valor de mercado, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais finalizadas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilidade. Os custos de transação, quando ocorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem intenção de liquidá-los em base líquida de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os debêntures, em 31 de dezembro de 2022, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Controladora e Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1ª Emissão (a)	R\$ 7,11% + 1,25% T.J.P. + 0,55% CDI + 100% do CDI	293.302	335.441	-	-
Debêntures 2ª Emissão (b)	R\$ 2,15% CDI + 100% do CDI	-	1.574.319	-	-
Debêntures 3ª Emissão (c)	R\$ 5,40% CDI + 100% do CDI	-	304.296	-	-
Debêntures 6ª Emissão (d)	R\$ 3,40% CDI + 100% do CDI	-	63.142	-	-
Total		293.302	3.277.782	33.746	870.742
Ciclutante		33.746	870.742	-	-
Não circulante		259.826	1.406.456	-	-

Principais informações sobre os empréstimos e financiamentos: (a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FUDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.242.010 debêntures, escrituras, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.202,32. Vencimentos: As debêntures vencerão em outubro de 2021, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031. Remuneração: Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da T.J.P. - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada da forma descrita no item 12.1. Taxa de juros: 7,11% CDI + 100% do CDI + 1,25% CDI + 100% do CDI + 0,55% CDI + 100% do CDI. A taxa de juros é composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização. Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,65% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização. Parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado. Do Credore: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de lucro do credore contabilizado e incorporado ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado. **Conversibilidade:** A SUDAM, em virtude das condições de emissão das debêntures, poderá, a qualquer tempo, converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações ordinárias da Companhia, em função do preço de conversão de emissão de cada ação. O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerando o método de avaliação adotado para a emissão das debêntures; ou (c) valor nominal das debêntures, convertidas em ações ordinárias da Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM. (b) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em 06 de janeiro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.800.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (um real) cada e valor nominal total de R\$1.800.000 (um milhão e seiscentos mil reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2020. Em 14 de novembro de 2019, os debênturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debênturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de 100.000 debêntures; (ii) alteração de emissão de ações de investimento; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures para maio de 2024. Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.000 (cem mil e sessenta) debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures. Em 30 de novembro de 2022, os debênturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debênturistas: (i) o pagamento da remuneração das debêntures; e (ii) a prorrogação do prazo de pagamento da primeira amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujas datas passaram a ser, em 02 de fevereiro de 2022. As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento. (c) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 33.746 (trinta e sete mil e quarenta e seis) debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (um real) cada e valor nominal total de R\$32.510,00 (trinta e dois mil e quinhentos mil reais), com prazo de vencimento final em 04 de novembro de 2020; (ii) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; (iii) R\$1.001,52755512, a partir de 09 de dezembro de 2021, em razão da incorporação do waiver fee de 0,75% (setenta e cinco centavos por cento) do Valor Nominal Unitário da oferta de emissão; (iv) R\$ 984,9859197, após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022. As debêntures possuem prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, que seria amortizado em (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025. As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento. (d) 6ª Emissão de Debêntures da Companhia: Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª (Sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (um real) cada e valor nominal total de R\$62.500 (sessenta e dois mil e quinhentos mil reais). O valor nominal unitário das debêntures passou para o valor de R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; e (ii) R\$ 987,80128621 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022. As debêntures possuem prazo de vencimento de 72 meses contados da data de emissão, que seria amortizado em (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025. Adicionalmente, no prazo de 31 de dezembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento. **Garantias:** Os empréstimos mencionados nos itens (b) (c) e (d) contavam com a garantia da alienação fiduciária de imóveis da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações. Além de Titulos de 2022, estavam alienadas (i) em favor da Pentagão S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outros Ativos, até setembro de 2022, tendo como beneficiária alienada 109.576.452 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administradora e Gestor de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante do Agente de Garantia Local de novas notas 9.500\$ Senior Secured Notes due 2024 ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International debêntures (i) mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outros Ativos. As demais ações da CCR (190.573.343) também estão oneradas à TMF com o efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f). O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madera Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 6. **Programa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:** Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Arrendamentos	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal
2023			32.477	550.773	-
2024			32.477	552.693	-
2025			32.477	104.229	-
2026			32.477	33.127	-
Após 2026			162.395	165.634	-
			259.826	1.406.456	-
			259.826	1.406.456	-
			206.873	243.248	21.835
			243.248	21.835	293.302

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento. As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliadas com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

Controladora e Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Arrendamentos	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal
2023			32.477	550.773	-
2024			32.477	552.693	-
2025			32.477	104.229	-
2026			32.477	33.127	-
Após 2026			162.395	165.634	-
			259.826	1.406.456	-
			259.826	1.406.456	-
			206.873	243.248	21.835
			243.248	21.835	293.302

13. PARTES RELACIONADAS
13.1. Composição
Controladora

Controladora		31/12/2022		31/12/2021	
Natureza	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
Controladas em conjunto					
CCR S.A. (a)	Dividendos	1.722	-	-	-
Evoluta Energia Participações S.A. (b)	AFAC/Nota de débito	16.098	-	-	-
Outras Partes Relacionadas	Outros	-	(211)	-	(211)
Consortio COPER	Outros	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias (c)	Outros	1.839	-	314	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(1.145)	-	-
Consang Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(39)	-	-
Outros	Outros	-	(84)	-	(85)
		17.937	(1.483)	2.036	(296)
Ativo (Passivo) Não Circulante					
Controladora direta					
Andrade Gutierrez S.A. (d)	Mútuo	206.844	-	214.990	(41)
Outras Partes Relacionadas	Outros	-	(41)	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	(41)	-	-
Telis Participações S.A. (e)	Mútuo	22.473	-	20.009	-
		229.317	(41)	234.999	(41)

Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Natureza	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
Controladas em conjunto					
CCR S.A. (a)	Dividendos	1.722	-	-	-
Evoluta Energia Participações S.A. (b)	AFAC/Nota de débito	16.098	-	-	-
Outras Partes Relacionadas	Outros	-	(211)	-	(211)
Consortio COPER	Outros	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias (c)	Outros	1.839	-	314	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(1.145)	-	-
Consang Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(42)	-	-
Outros	Outros	-	(84)	-	(85)
		17.937	(1.483)	2.036	(296)

Controladora e Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1ª Emissão (a)	R\$ 7,11% + 1,25% T.J.P. + 0,55% CDI + 100% do CDI	293.302	335.441	-	-
Debêntures 2ª Emissão (b)	R\$ 2,15% CDI + 100% do CDI	-	1.574.319	-	-
Debêntures 3ª Emissão (c)	R\$ 5,40% CDI + 100% do CDI	-	304.296	-	-
Debêntures 6ª Emissão (d)	R\$ 3,40% CDI + 100% do CDI	-	63.142	-	-
Total		293.302	3.277.782	33.746	870.742

(a) Saldo a receber referente ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro apurado no exercício de 2021, que foram revertidos em 2022, para compor o valor da alienação da participação na CCR; (b) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado ao longo do ano na controlada em conjunto Evoluta Energia Participações S.A.; (c) Referir-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias; (d) Se referir a mútuos com a controladora, que possuem vencimentos previstos até 2025; (e) Mútuo com Telis Participações S.A. com vencimento em abril de 2023. O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela Companhia que recebe. As transações de mútuos a receber entre a Companhia e suas partes relacionadas, são realizadas em condições negociadas entre as partes, as quais podem ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

14. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES
14.1. Política contábil: Provisões para riscos: A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obriga